



1. Contexto Operacional:

COMPANHIA AÇUCAREIRA DO RIO GRANDE (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais e tem por objeto social a fabricação e comercialização de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar.

1.1. Recuperação Judicial

Em 12 de outubro de 2019, a Companhia em conjunto com seu acionista controlador, ajuizou, perante a comarca da Cidade de Caconde, Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 e do artigo 122, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações, em caráter de urgência, conforme aprovado pela Diretoria da Companhia, em reunião realizada no dia 24/09/2019. Em 11 de novembro de 2019, o pedido de recuperação judicial foi deferido pela comarca da Cidade de Caconde, conferindo à Companhia as proteções do instituto jurídico denominado “Stay Period”, que consiste na suspensão de ações e execuções existentes em face da empresa recuperanda.

Em 16 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia apresentou, nos autos do processo, após adequações, a versão do plano de recuperação judicial que foi aprovada em Assembleia Geral de Credores e homologado pelo juízo recuperacional em 25 de janeiro de 2021, com publicação em 26 de janeiro de 2021, data esta que representa o marco inicial para a contagem dos prazos de cumprimento do Plano de recuperação judicial aprovado pelos credores.

No referido plano de recuperação judicial, apresentado pela Companhia, aprovado em assembleia geral de credores e homologado pelo juízo recuperacional, é apresentada as seguintes classes de credores: Classe I – Trabalhista, Classe II – Garantia real, Classe III – Quirografários, Classe IV – Credores Quirografários (ME e EPP).

O Plano de recuperação judicial aprovado consistiu basicamente no perfilhamento da dívida passiva renovando prazos e condições de pagamentos conforme definido no Plano de Recuperação Judicial para cada classe de credores.

A administração da Companhia vem envidando esforços para concluir as opções tomadas pelos credores conforme definido no plano de recuperação judicial, para assim reconhecer os novos passivos, com valores e condições renovadas, conforme aprovado em assembleia geral de credores.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações da Companhia. Tal continuidade foi reforçada com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, na



Assembleia geral de credores realizada em 16 de dezembro de 2020, que foi homologada pelo juízo recuperacional em 25 de janeiro de 2021. A referida decisão foi publicada em 26 de janeiro de 2021, de modo que às dívidas financeiras da Companhia foram novadas.

A Administração tem expectativa razoável sobre a capacidade de manter operando suas atividades, com continuidade normal em suas operações, não sendo afetada pelo processo de recuperação judicial e pelas medidas implementadas de acordo com o aprovado no plano de recuperação judicial.

A continuidade das operações da Companhia depende de forma absoluta, do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização das previsões dispostas no plano de recuperação judicial.

A Administração da Companhia está confiante que as projeções de fluxo de caixa utilizadas na preparação do Plano de recuperação judicial, que preveem pagamento no longo prazo, serão suficientes para sanar as obrigações assumidas no plano de recuperação judicial e permitirão a continuidade operacional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração no dia 05 de julho de 2024.

2. Apresentações das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis

2.1 Base de apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pela Lei no 11.638/07 e pela Lei no 11.941/09.

b) Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas são usadas para, entre outros, a determinação da vida útil de bens e equipamentos, provisões necessárias para passivos contingentes, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para realização dos estoques, tributos e outros encargos similares. Baseado nesse fato, os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por essas estimativas.



A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas periodicamente em prazo não superior a um ano.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou na data da avaliação, para os itens que são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados na rubrica "Variações cambiais, líquidas".

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". A abertura dessas aplicações por tipo de classificação de risco está apresentada na Nota 4.

3.2 Ativos Financeiros

3.2.1 Classificação

A Sociedade classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

i. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

ii. Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber", "Impostos a recuperar", "Adiantamentos", "Depósitos judiciais", "Outros ativos" e "Caixa e equivalentes de caixa".

3.2.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas Financeiras" no período em que ocorrem.

3.2.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2.4 Impairment de ativos financeiros

A Sociedade avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

3.3 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Não existem operações de investimentos financeiros derivativos especulativos e não existem atividades de hedge em aberto em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

3.4 Imobilizado

São demonstrados pelo custo de aquisição ou construção. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A baixa de ativo imobilizado é realizada mediante a venda de um bem ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo imobilizado (calculado pela diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil) são incluídos na demonstração de resultado no exercício que o ativo foi baixado.

3.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa

(UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

3.6 Obrigações circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros e variações monetárias ou cambiais até a data das demonstrações contábeis.

3.7 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Quando há uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

3.9 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido, ambos reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados mensalmente com base no lucro presumido. Para a presunção do lucro para base do imposto de renda e da contribuição social aplica-se a taxa de 32% para imposto de renda e para contribuição social sobre a receita bruta deduzida as devoluções. Sobre o lucro presumido estabelecido aplica-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10%, quando cabível, para imposto de renda e de 9% para contribuição social.

Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.



O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras (Nota 9).

3.10 Benefícios a empregados e dirigentes

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13o salário), e vale-transporte. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

A Companhia não mantém planos de previdência privada para seus funcionários, entretanto, efetua contribuições mensais com base na folha de pagamento aos fundos de aposentadoria e de previdência social oficiais, as quais são lançadas em despesas pelo regime de competência.

3.11 Reconhecimento de receitas

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia, e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos em cada uma das vendas realizadas, quais sejam transferência de propriedade e do risco da mercadoria ao cliente, comprovação da transação segundo evidências previstas e confirmação do crédito para a realização da transação. A receita é o rendimento líquido das vendas, após dedução de impostos, descontos e devoluções.

3.12 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre saldos bancários e recebidos nos pagamentos em atraso de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com descontos concedidos a clientes, juros sobre empréstimos e despesas bancárias.

4. Estimativas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Contingências

A Companhia está sujeita no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária e trabalhista, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia podem afetar adversamente a Companhia independentemente do respectivo resultado final.

A Companhia poderá periodicamente ser fiscalizada por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas e previdenciárias, entre outras. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

A Companhia reconhece provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.2 Gestão de riscos

A abordagem da gestão de risco da Companhia classifica os riscos inerentes ao negócio nas seguintes categorias:

(i) Risco Financeiro

São os riscos decorrentes de inadequada gestão de caixa, das aplicações de recursos em operações novas, desconhecidas, complexas e/ou de alto risco. O detalhamento das políticas de gestão de risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

(ii) Risco de compliance



Essa abordagem refere-se às sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a empresa pode sofrer como resultado de qualquer descumprimento legal. Para evita-lo, a Companhia monitora permanentemente o estrito respeito às leis, normas e regulamentos, bem como a observância de políticas e procedimentos, a implementação e a funcionalidade dos planos de contingência e a segregação de funções - evitando o conflito de interesses e facilitando a avaliação dos riscos e dos controles internos da Companhia. Essa abordagem inclui a avaliação dos riscos socioambientais, trabalhistas e fiscais.

(iii) Risco operacional

Ocorre quando há falta de consistência ou de adequação nos sistemas de informação, no processamento e controle de operações, no gerenciamento de recursos e nos controles internos, ou ainda no caso de eventuais fraudes que prejudiquem o exercício das atividades da Companhia. O trabalho desenvolvido pela Gerência, que atua juntamente com os gestores do negócio para a busca de conformidade dos controles internos, realiza-se por meio do monitoramento dos processos, sendo fator mitigante da ocorrência de risco operacional pela adequação dos controles à atividade.

(iv) Risco estratégico

Está relacionado aos eventos originados tanto interna quanto externamente que gerem instabilidade às partes interessadas ou comprometam de alguma forma a reputação e a sustentabilidade da Companhia. São os riscos decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da empresa em dar resposta a mudanças que possam interromper o alcance de objetivos estratégicos estabelecidos. A Companhia monitora continuamente esses eventos de risco, buscando se antecipar às ocorrências indesejáveis e se preparar para os riscos estratégicos dos quais a Companhia está exposta.

4.3 Riscos Financeiros

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo taxa de juros dos financiamentos, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço de determinados ativos avaliados ao valor justo), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não tem como prática fazer uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

i. Risco de liquidez



É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

4.4 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade operacional, fortalecendo seu *rating* de crédito perante as instituições financeiras, a fim de suportar os negócios e reduzir esse custo.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamentos (incluindo empréstimos e parcelamentos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.



5. Contas a receber clientes

O saldo desta conta encontra-se assim constituído:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ipiranga (i)	<u>362</u>	<u>190</u>
	<u>362</u>	<u>190</u>

- (i) Os saldos da conta de clientes estão representados integralmente por saldos a vencer.

6. Partes relacionadas

O saldo desta conta encontra-se assim constituído:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Itaiquara Alimentos S.A.	<u>38.394</u>	<u>36.877</u>
	<u>38.394</u>	<u>36.877</u>

7. Imobilizado

O saldo desta conta encontra-se assim constituído:

Custo e avaliados	Imóveis	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
em 31 de Dezembro de 2021	45.380	1.062	4.271	57	50.770
Aquisições	-	-	-	-	-
em 31 de Dezembro de 2022	45.380	1.062	4.271	57	50.770
Aquisições	-	-	-	-	-
em 31 de Dezembro de 2023	45.380	1.062	4.271	57	50.770
Depreciação					
em 31 de Dezembro de 2021	(2.214)	(345)	(2.991)	(42)	(5.592)
Adições	-	-	-	-	-
em 31 de Dezembro de 2022	(2.214)	(345)	(2.991)	(42)	(5.592)
Adições	-	-	-	-	-
em 31 de Dezembro de 2023	(2.214)	(345)	(2.991)	(42)	(5.592)
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2023	43.166	717	1.280	15	45.178
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2023	43.166	717	1.280	15	45.178
Vida útil	50 anos	15 a 25 anos	7 a 15 anos	8 a 12 anos	

8. Impostos e contribuições a recolher

O saldo desta conta encontra-se assim constituído:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Impostos federais a recolher	21.177	20.230
Impostos estaduais a recolher	<u>24.724</u>	<u>24.725</u>
Total	45.901	44.955
Circulante	45.659	44.713
Não circulante	242	242
Antecipações para parcelamento (REFIS)	(533)	(533)
Saldo líquido	<u><u>45.368</u></u>	<u><u>44.422</u></u>

9. Impostos diferidos

Os valores registrados nesta rubrica são provenientes do registro da mais valia relacionado ao lançamento do "deemed cost", assim como o lançamento com base nos saldos de reserva de reavaliação constituída em exercícios anteriores, cujas alíquotas utilizadas foram as vigentes de acordo com a legislação fiscal, ou seja, 25% referente ao imposto de renda sobre o lucro líquido e 9% para a contribuição social sobre o lucro.

O saldo desta conta encontra-se assim constituído:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<i>Custo atribuído (Deemed Cost)</i>	30.335	32.632
<i>Reserva de reavaliação</i>	13.775	15.572
Total base	44.110	48.204
<i>25% - IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica</i>	11.027	12.051
<i>9% - CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido</i>	3.970	4.338
Total	14.997	16.389

Contingências

A Sociedade é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais.

A Companhia está envolvida em outros processos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, têm expectativa de perda classificada como possível.

Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída para fazer face ao possível desfecho desfavorável destes.

10. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 4.750 (quatro milhões, setecentos e cinquenta mil reais) sendo representado por 1.000 ações nominativas sem valor nominal.

11. Receita líquida operacional

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Arrendamento	2.346	2.497
	<u>2.346</u>	<u>2.497</u>
Impostos, devoluções e abatimentos	(217)	(231)
Receita líquida operacional	<u>2.129</u>	<u>2.266</u>

12. Despesas gerais e administrativas

Descrição	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Gerais e administrativas	(39)	(29)
Honorários da diretoria	(82)	(82)
Legais e taxas	(508)	-
	<u>(629)</u>	<u>(111)</u>

13. Outras receitas operacionais

Descrição	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Venda de fazenda (i)	-	30.000
Despesa Paulo Araújo de Freitas (i)	-	(42.571)
Deságio (i)	-	12.663
Baixa UPI (i)	-	(19.695)
Outras receitas	<u>-</u>	<u>12</u>
	<u>-</u>	<u>(19.591)</u>

(i) Refere-se a litígio de Paulo Araújo de Freitas, que foi liquidado no âmbito do processo de recuperação judicial, pela venda da fazenda Santa Maria Participações.

14. Receitas e Despesas Financeiras

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Despesas Financeiras</u>		
Despesas bancárias	(6)	(6)
Juros sobre financiamentos	-	(22)
Juros sobre impostos em atraso	(503)	(437)
	<u>(509)</u>	<u>(465)</u>
Resultado financeiro	<u>(509)</u>	<u>(465)</u>

15. Imposto de renda e contribuição social

Descrição	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	991	(17.901)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	337	6.086
Efeito das adições (exclusões)		
Permanentes	-	19.357
Temporárias	-	(12)
Compensação de prejuízos fiscais	(297)	-
Base de cálculo do Imposto de renda e da contribuição social	694	1.010
Imposto de renda e contribuição social corrente	(212)	(384)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva		



Alíquota efetiva

21,4%

N/A
